



SOL

Confidencial

21-04-2011

Periodicidade: Semanal

Classe: Informação Geral

Âmbito: Nacional

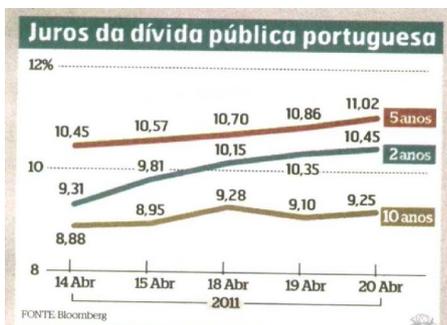
Tiragem: 64538

Temática: Política

Dimensão: 388

Imagem: S/Cor

Página (s): 6



Mercados não desarmam. Mesmo após o pedido de ajuda externo, os investidores continuam a não mostrar confiança na recuperação da economia e das contas públicas portuguesas. Os juros da dívida voltaram a máximos históricos, sinalizando que os mercados acreditam que Portugal não conseguirá cumprir as suas responsabilidades imediatas. O país continua a ser penalizado pela indefinição das condições que serão impostas em troca da ajuda externa e pelo receio de que uma eventual reestruturação da dívida grega leve a um processo idêntico em Portugal. Ontem, Portugal conseguiu financiar-se em mil milhões de euros através de um leilão de curto prazo, mas voltou a pagar juros altos (5,5% a seis meses). Entretanto, em Espanha, depois de, na semana passada, o primeiro-ministro Zapatero ter garantido que não haveria um novo plano de austeridade, esta terça-feira a ministra da Economia, Elena Salgado, admitiu que Madrid irá lançar mais medidas para acalmar os mercados e recuperar a confiança dos investidores. Os juros da dívida espanhola a 10 anos tingiram 5,57% esta semana, o máximo desde 2000. Madrid registou escassa procura dos investidores nos leilões de dívida de curto prazo, esta segunda-feira, ao colocar apenas 4,8 mil milhões de euros – quase no limite inferior do previsto –, tendo pago um juro 30% superior ao realizado na última operação semelhante.

Corte de salários no privado

A INTERVENÇÃO do FMI em Portugal deverá desencadear um corte de salários no sector privado, através da redução de suplementos remuneratórios como a compensação por horas extraordinárias. A *troika* quer também agilizar as regras do mercado de trabalho e tornar os despedimentos mais fáceis. O artigo constitucional que impede os despedimentos sem justa causa foi abordado nas discussões com sindicatos e patrões.

As reformas no mercado de trabalho foram o ponto quente dos encontros entre a *troika* e os parceiros sociais, esta semana. E o secretário-geral da UGT, João Proença, admitiu que a proibição dos despedimentos sem justa causa foi abordada, tendo manifestado a sua discordância face a eventuais mudanças.

Já o presidente da CIP, António Saraiva, defendeu junto dos técnicos destes organismos «alterações aos dispositivos constitucionais que têm impedido a adopção de um enquadramento favorável a uma gestão racional e dinâmica das empresas». O artigo onde se consagra a garantia da segurança do emprego e a proibição dos despedimentos sem justa causa foi debatido na reunião, confirmou a SOL.

Segundo fonte comunitária, será difícil que mudanças na

DESPEDIMENTOS
Proibição constitucional de despedimentos sem justa foi debatida entre a *troika* e parceiros sociais. UGT é contra alterações. CIP está a favor

CONSTITUIÇÃO
Bacelar Gouveia e Rui Medeiros defendem alterações no que diz respeito ao mercado laboral

Constituição integrem o acordo entre Portugal e as entidades externas. Mas há precedentes de países que tiveram de fazer mudanças constitucionais para permitir as reformas impostas pelo FMI. Aconteceu recentemente na Geórgia, que introduziu uma cláusula específica para levar a cabo as reformas fiscais solicitadas pelo FMI.

Em Portugal, as questões mais problemáticas estão relacionadas com a protecção do emprego. E os constitucionalistas ouvidos pelo SOL apontam para a necessidade de rever a Lei Fundamental. Para Jorge Bacelar Gouveia, é «evidente que a Constituição tem de

permitir despedimentos individuais em situações excepcionais, nas quais as contratações de trabalhadores se mostrem ineficientes», nomeadamente na Administração Pública, um «depósito de escolhas partidárias, sem qualquer critério de produtividade». Já Rui Medeiros entende que as reformas laborais que o FMI quer fazer seriam facilitadas com mudanças na Constituição. Os «constrangimentos» actuais podem «condicionar soluções que se considerem mais adequadas para resolver os problemas estruturais do país e da competitividade», disse ao SOL.

Dos encontros entre os técnicos estrangeiros e as entidades patronais e sindicais surge outra indicação: a intervenção externa deverá resultar num corte dos vencimentos no sector privado, através da redução dos pagamentos por trabalho extraordinários e outros suplementos. João Vieira Lopes, da CCP, admitiu que a *troika* fez questões sobre como «baixar os custos de contexto».

O Código do Trabalho não permite reduções das remunerações-base, mas há vários campos onde a lei pode actuar, nomeadamente através da legislação fiscal e contributiva: nas horas extraordinárias, no subsídio de alimentação e nas ajudas de custo.

João Paulo Madeira